

Previdência. Defesa quer reestruturar carreiras no texto da reforma da categoria, o que elevaria rombo

Proposta de militares eleva custo da categoria em R\$ 10 bi

Bônus e aumento de gratificações iriam compensar tempo de contribuição maior

■ BRASÍLIA. A proposta entregue pelo Ministério da Defesa de reforma da Previdência dos militares inclui uma reestruturação na carreira da categoria, com aumento de benefícios, que representaria um custo extra em torno de R\$ 10 bilhões nos primeiros dez anos. Nos anos seguintes, porém, a economia com o endurecimento das regras previdenciárias ultrapassaria as despesas que seriam geradas com aumento de gratificações, bônus e criação de um novo posto na carreira.

Os dados mostram que a despesa superaria a receita entre 2021 e 2029, caso a proposta fosse aprovada e colocada em prática no ano que vem. Em 2021, a diferença é de R\$ 200 milhões, mas o buraco aumentaria nos anos seguintes até 2029. A proposta do Ministério da Defesa foi apresentada na última quarta-feira ao Ministério da Economia. Os técnicos vão agora validar os cálculos feitos pela área militar para levar o texto ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Procurada. A Defesa informou que o custo ainda está sendo revisado com a Economia.

No Planalto, fontes asseguram que o governo ainda trabalha para zerar a conta. Entre os aumentos de despesas para a União estão benefícios como dobrar o bônus na passagem para a reserva (de quatro para oito soldos, parte principal do salário); a criação de um novo posto (sargento-mor); o incremento nos vencimentos dos militares com gratificações que variam conforme o tempo de serviço (entre 5% e 41%); e o reajuste nas gratificações pagas por cursos de especialização.

Essa seria a contrapartida pedida pelos militares para aceitarem dar sua “cota de sacrifício” à reforma da Previdência, que inclui aumento gradual da contri-

buição previdenciária dos atuais 7,5% para 10,5% – que seria cobrada de todos, inclusive alunos de escolas militares, recrutas e pensionistas – e elevação do tempo de contribuição de 30 anos para 35 anos. Mas essa exigência só seria cobrada para os novos integrantes. Para os atuais, seria cobrado pedágio por volta de 20% sobre o tempo que falta para se aposentar.

“Os militares acham que precisam de uma reorganização das carreiras porque eles foram sacaneados no passado. O argumento deles é que um civil que entra para o Legislativo ou o Judiciário ganha R\$ 18 mil e um general (última patente das Forças Armadas) ganha R\$ 22 mil”, disse Guedes, em entrevista no domingo passado para a Agência Estado. Segundo o ministro, essa situação é inconcebível. “Por isso, a necessidade de uma reestruturação de carreiras”, disse. Questionado se o aumento da remuneração dos militares vai junto com as mudanças previdenciárias, Guedes respondeu: “Não sei. Isso é com eles lá. Eu quero todo mundo no sacrifício da Previdência”.

Diferenças

Regra de transição

Geral: A reforma da Previdência dos trabalhadores em geral e servidores civis prevê diferentes regras de transição. Na regra do “pedágio”, é exigido um tempo adicional, em relação ao prazo que falta hoje para se aposentar.

Militares: Esse “pedágio” será de 17%.

Valor do benefício

Geral: Na reforma da Previdência, os servidores só manterão direitos à integralidade (manter na aposentadoria o último salário da carreira) e paridade (obter na aposentadoria os mesmos reajustes de quem ainda não se aposentou) se cumprirem a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

Militares: Eles continuarão ter direito ao soldo integral.

Na Câmara Guedes já contabiliza 260 votos

+ RIO DE JANEIRO. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo federal já poderia contar com 260 votos para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Câmara dos Deputados. Segundo o ministro, a PEC já teria 160 votos “declarados” a favor da reforma. “O Onyx Lorenzoni, ministro-chefe da Casa Civil, tem uma conta que chega a 260”, afirmou Guedes, durante palestra que se estendeu por 57 minutos, no seminário “A Nova Economia Liberal”, na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

Segundo o ministro, haveria na contas de Onyx cem votos “velados” a favor. Para aprovar uma PEC é preciso de um mínimo de 308 votos favoráveis na Câmara. “Sai ainda no primeiro semestre a reforma da Previdência”, afirmou.

Sem aprovação Pagamento para servidor ameaçado

+ BRASÍLIA. Sem a aprovação da reforma da Previdência no primeiro semestre deste ano, a União terá dificuldades para pagar salários de servidores já a partir do próximo ano, diz estudo da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia. As projeções indicam que a dívida bruta chegará a 102,3% do PIB em 2023, após fechar 2018 em 77,1%. Com a reforma, porém, a dívida começaria a cair em relação ao PIB já em 2021, chegando a 76,1% daqui quatro anos.

“Ou o país adota medidas de austeridade fiscal ou haverá dificuldades para o Estado cumprir seus deveres”, diz o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida.

Governo reage

Ciro tuíta ‘escândalo’ no texto

+ SÃO PAULO. O governo reagiu a uma postagem no Twitter feita por **Ciro Gomes** sobre a reforma da Previdência, deflagrou um “desafio” nas redes sociais e cobrou um pedido de desculpas caso fique provado que se trata de uma inverdade. O terceiro colocado nas últimas eleições presidenciais disse que o deputado **Mauro Benevides Filho** (PDT-CE), coordenador econômico de sua campanha, descobriu um “escândalo” dentro da proposta de reforma da Previdência. Segundo **Ciro Gomes**, “determinada categoria de trabalhadores só poderá se aposentar aos 74 anos de idade e com apenas 70% do salário”.

O ex-candidato prometeu “mais informações em breve”, mas ainda não forneceu os detalhes em sua conta no Twitter. Em reação, o

secretário adjunto especial de Previdência e Trabalho, **Bruno Bianco Leal**, entrou em ação na rede social e desafiou **Ciro Gomes** a mostrar qual categoria seguirá essa regra mencionada pelo ex-candidato. “Todas as catego-

rias poderão utilizar as regras de transição ou optar pela nova regra, que é 65 (anos) homens e 62 (anos) mulheres. E para quem recebe salário mínimo, com 100% do valor”, diz **Bianco** no Twitter,

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/6.8.2018



Ciro Gomes disse que há “distorções” no texto da reforma



Em análise. Paulo Guedes disse que todas as categorias de trabalhadores farão seus "sacrifícios"